Revista Macambira

Análise da certificação de produtos orgânicos no estado do Pará, Brasil: resultados e perspectivas

Ludgero Rêgo Barros Neto[1]*, Armando Lírio de Souza[2], Celso Pereira de Oliveira[3], Cleyton Alves Candeira Pimentel[4], Riziane Duarte Portal Alves[5], Rita de Cássia Ferreira Vasconcelos[6]

RESUMO

Este estudo se constitui de uma revisão com o objetivo de reunir informações sobre a análise da certificação de produtos orgânicos no estado do Pará. A metodologia utilizada fundamenta-se na pesquisa bibliográfica, qualitativa e quantitativa, baseada em dados do CNPO/MAPA, correspondentes a novembro de 2022, os quais passaram por análise através de métodos estatísticos descritivos. Os resultados revelaram o Pará como maior estado certificado no Norte e o quinto do país (com 2.022 estabelecimentos), de modo que, dos 144 municípios (em expansão), registram-se 47 já certificados. A partir desta pesquisa, observou-se, ainda, que o principal produto certificado é o açaí (*Euterpe oleracea*). À vista disso, a certificação por auditoria representa 92% das certificações do estado. Considerando-se os dados encontrados nesta revisão bibliográfica, o artigo evidencia que a certificação por auditoria é o principal mecanismo de certificação dos empreendimentos no estado do Pará e na região Norte Brasileira (Amazônia).

Palavras-chave: Auditoria, Agricultura Orgânica, SisOrg.

Analysis of organic products certification in the state of Pará, Brazil: results and perspectives

ABSTRACT

This study is a review that aims at gathering information on the analysis of organic products certification in the state of Pará, Brazil. The methodology used is conducted on bibliographical, qualitative and quantitative research, based on data from CNPO/MAPA, corresponding to November 2022, which were analyzed using descriptive statistical methods. The results revealed Pará as the largest certified state in the North and the fifth in the country (with 2.022 establishments), so that, of 144 municipalities (in expansion), 47 ones are already certified. From this research, it was also observed that the main certified product is açaí (Euterpe oleracea). Consequently, certification by audit represents 92% of the state's certifications. Considering the data found in this bibliographic review, this article shows that audit certification is the main certification mechanism for projects in the state of Pará and in the Northern Brazilian region (Amazonia).

Keywords: Audit, Organic agriculture, SisOrg.

[1] Doutor em Economia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Pesquisador do Instituto Federal Baiano (IF Baiano). ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2622-9175. Lattes: http://lattes.cnpq.br/9503908974203678. *Autor correspondente: ludgeroneto40@hotmail.com.

[2]Doutor em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE/UFPA) e do Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada (PPGEA/UFPA). ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9982-6627. Lattes: http://lattes.cnpq.br/8782066216945002.

[3] Mestrando em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada da Universidade Federal do Pará (PPGEA/UFPA). ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9638-5835. Lattes: http://lattes.cnpq.br/0453728405804310.

[4] Bacharel em Ciências Econômicas (UFPA). Mestrando (PPGDSTU/NAEA/UFPA). ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1377-6476. Lattes: http://lattes.cnpq.br/1230234004934771. E-mail: cleytonacandeira@gmail.com.

[5] Doutora em Gestão e Desenvolvimento Local na Amazônia (Numa/UFPA) Nutricionista (UFPA), Trav Perimetral 1000, Montese, Belém, Pará. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4165-4994. Lattes: http://lattes.cnpq.br/105999245596876.

[6] Doutora em Administração. Universidade da Amazônia (UNAMA). Professora do Instituto Federal do Pará (IFPA). ORCID: https://orcid.org/0009-0002-9106-8977. Lattes: http://lattes.cnpq.br/6205623798145835.

ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.935.

Análisis de la certificación de productos orgánicos en el estado de Pará, Brasil: resultados y perspectivas

RESUMEN

Este estudio constituye una revisión con el objetivo de recopilar informaciones sobre el análisis de la certificación de productos orgánicos en el estado de Pará. La metodología utilizada se basa en una investigación bibliográfica, cualitativa y cuantitativa, a partir de datos del CNPO/MAPA, correspondientes a noviembre de 2022. los cuales fueron analizados mediante métodos estadísticos descriptivos. Los resultados revelaron a Pará como el mayor estado certificado del Norte y el quinto del país (con 2.022 establecimientos), de modo que, de los 144 municipios (en expansión), 47 ya están certificados. De esta investigación también se observó que el principal producto certificado es el açaí (*Euterpe oleracea*). Ante esto, la certificación por auditoría representa el 92% de las certificaciones del estado. Considerando los datos encontrados en esta revisión bibliográfica, el artículo muestra que la certificación de auditoría es el principal mecanismo de certificación para proyectos en el estado de Pará y en la región Norte de Brasil (Amazonia).

Palabras clave: Auditoría, Agricultura orgânica, SisOrg.

INTRODUÇÃO

No mundo, a "área cultivada com produtos orgânicos quase dobrou na última década, pois seu crescimento passou de 37,2 milhões de hectares em 2009 para 72,3 milhões de hectares em 2019, representando 1,5% da área total do planeta" (Barros Neto, 2023, p.72). Esse aumento favoreceu a incorporação de diversos agricultores nos processos de produção, fato que promoveu mais de 3,1 milhões de agricultores na atividade (Willer *et al.,* 2021).

Antes da pandemia, na América Latina, a agricultura orgânica crescia e alcançava destaque no cenário mundial. Seu crescimento representou 11% da área total de orgânicos no mundo, "com mais de 8 milhões de hectares (ha) e 220.000 agricultores orgânicos, a sua maioria concentrada em três países: Argentina, Uruguai e Brasil, juntos representando 85% das áreas, entorno de 7,1 milhões de hectares" (Barros Neto, 2023, p.73).

Na América Latina, o Brasil é o maior mercado de produtos orgânicos e o terceiro maior produtor em hectares com, aproximadamente, 94.779 hectares (Willer; Helga; Lernoud, 2019). Na pandemia, houve retração nesses mercados da produção e da certificação orgânica em todo o mundo (Barros Neto, 2023), mas, apesar disso, em 2019, a certificação orgânica brasileira cresceu com números significativos: a certificação por auditoria alcançou 8.279 estabelecimentos certificados; o Sistema Participativo de Garantia (SPG), com 6.241 estabelecimentos certificados; e a Organizações de Controle Social (OCS), com 4.777 estabelecimentos declarados (Willer *et al.,* 2021).

No Brasil, os maiores estados produtores orgânicos são, em ordem decrescente: Sul (37%), Nordeste (30%), Sudeste (16%), Norte (14%) e Centro-Oeste (3%) (Brasil, 2022). Representando 14% da certificação nacional, a Região Norte apresenta a biodiversidade

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 7, n. 1, e071021, Jan.-Dez., 2023
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.935.

amazônica, favorece a sustentabilidade das águas, da floresta e dos povos (Matheus, 2020). Essa diversidade contribui para a dinâmica socioprodutiva da Amazônia, favorecendo a produção, a comercialização e o mercado de produtos de base sustentável do Brasil para o mundo (Barros Neto, 2023).

À vista disso, tem-se que, dos sete estados que compõem essa região (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), o estado do Pará vem se destacando como o maior em certificação orgânica da região (Lima *et al*., 2017). Notadamente, a sua condição geográfica tem favorecido esse desempenho, principalmente por ser o segundo em extensão territorial e em abundância de águas, propícias aos múltiplos usos, em especial aos sistemas agroflorestais e ao extrativismo vegetal, por meio das atividades realizadas pelos agricultores familiares em comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas (Matheus, 2020).

Considerando a biodiversidade encontrada no bioma amazônico, cabe ressaltar que o estado do Pará é um dos maiores produtores de alimentos agroflorestais e extrativistas do país. De acordo com os dados do censo agropecuário em 2017, a região amazônica é a maior produtora dos seguintes alimentos: açaí (*Euterpe oleracea*), com cerca de 147.730 toneladas; castanha do Pará (*Bertholletia excelsa*), com 7.726 toneladas; palmito (*Euterpe edulis*), com 3.639 toneladas; e plantas aromáticas, medicinais, tóxicas e corantes, com aproximadamente 35 toneladas, incluindo algumas plantas de alimentos convencionais[7]. Nesse contexto, o Pará se destaca como o maior responsável pela produção (IBGE, 2017), destinada, sobretudo, aos mercados de exportação de *commodities* internacionais, ao mercado nacional e aos mercados agroecológicos locais (Barros Neto, 2023).

Como destaca Marques e Steward (2017), apesar das elevadas produtividade e qualidade dos produtos agroecológicos da Amazônia, reconhecidos nacional e internacionalmente, a certificação orgânica proposta pela legislação brasileira tornou-se uma barreira à comercialização desses produtos em âmbito regional, principalmente por parte dos agricultores familiares, que até o momento pouco avançaram em desenvolver o SPG no estado do Pará. Entre os motivos, destacam-se a baixa escolaridade, os custos com a certificação e a desorganização social e produtiva dos agricultores, os quais colaboram para que haja um abismo entre a agricultura familiar e o Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica (SISORG).

[7] Alimentos convencionais são alimentos que recebem uma alta carga de defensivos agrícolas e adubos químicos, extremamente prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (Silva *et al*., 2018).

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 7, n. 1, e071021, Jan.-Dez., 2023
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.935.

Em todo o país, a Avaliação da Conformidade Orgânica divide-se em três mecanismos de acreditação, que são: a certificação por auditoria, realizada por certificadoras que emitem o selo SisOrg; o SPG, realizado por organizações participativas de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC), que também emite o selo SisOrg; e as OCS, realizadas por agricultores familiares, por meio da venda direta aos consumidores, sem a necessidade da certificação (Gomes, 2016; Sambuichi *et al*. 2017; Lima *et al*. 2019).

Os selos SisOrg são emitidos pelo governo brasileiro para a certificação de produtos orgânicos locais (SPG e OCS) e exportação (SPG e Auditoria), destinados aos mercados nacionais e internacionais (Hirata; Rocha, 2020). No caso da certificação por auditoria, produtores individuais, grupos coletivos e empresas são certificadas através da certificação de um terceiro, seja ele uma empresa pública ou privada, responsável por auditar (atestar a garantia, a qualidade e a observância) o estabelecimento ou a produção orgânica.

No caso, da certificação por SPG, um coletivo de agricultores, consumidores e técnicos forma um OPAC, responsável pela certificação dos processos coletivos em rede. Esse coletivo é o responsável por atestar a garantia, a qualidade e a observância dos produtos orgânicos das famílias e, por último, as vendas diretas entre os agricultores e os consumidores em feiras livres, propriedades e outros, realizadas com a declaração emitida pelo MAPA para o Organismo de Controle Social, que fica exposto no ponto de venda (Gomes, 2016).

De acordo com Willer *et al.* (2021), em 2019, o crescimento dos mercados de produtos orgânicos no Brasil vinha acompanhando a taxa de crescimento impulsionada no mundo (10% ao ano) no varejo. Acredita-se que os motivos desse crescimento estavam atrelados à conscientização do consumidor quanto a aspectos como: benefícios à saúde humana, sustentabilidade ambiental, produção saudável, segurança alimentar e nutricional dos povos. Contudo, os autores destacam que, no estado do Pará, apesar de seguir a tendência mundial de crescimento, o resultado ainda não representa o seu potencial produtivo se comparado às formas de produção convencional, que são privilegiadas com a concentração de terras, a predominância da monocultura e os incentivos financeiros.

Vários trabalhos têm sido dedicados ao estudo da expansão da agricultura orgânica e aos desafios enfrentados para certificação. Alguns estudos de Willer *et al.* (2021); Bruno *et al.* (2019); Castro *et al.* (2018); Hirata e Rocha (2020); Schmitt *et al.* (2020); IPEA (2020), entre outros, têm contribuído para esclarecer os sistemas de produção orgânica no Brasil. Considerando os sistemas localizados de produção orgânica para o estado do Pará, os estudos de Barros Neto *et al.* (2020); Marques (2019); Lima *et al.* (2017); Marques; Souza, (2017);

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 7, n. 1, e071021, Jan.-Dez., 2023
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.935.

Marques e Steward (2017), entre outros, tem apresentado o panorama da agricultura orgânica no estado.

Diante desse contexto, é importante ressaltar que outro fator desfavorável à produção orgânica no estado ora enfocado é um sistema integrado de dados com o setor orgânico nacional. Esse aspecto vem desencadeando uma série de problemas, como planejamento, investimento e dimensionamento, que tornam um desafio complexo atender a demanda local e, ao mesmo tempo, ampliar a participação do estado e do país no mercado internacional (Sambuichi *et al.*, 2017). Nesse contexto, o governo brasileiro tentou construir uma política pública nacional com objetivo de expandir o acesso, estruturar a cadeia produtiva e mapear informações através da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), das Políticas Estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO), das Comissões da Produção Orgânica (CPOrg-UF) e do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) como estratégia desenvolvimento rural (Barros Neto, 2023).

Essas políticas públicas se mostraram eficaz até 2019, no entanto, Barros Neto (2023) destaca que as mudanças nas políticas governamentais e a pandemia da Covid-19 promoveram a descontinuidade das políticas e do avanço da produção orgânica nacional. O autor também argumenta que a força da agroecologia e sua resiliência mostrou-se como a principal estratégia de segurança alimentar dos povos desta região para superar a fome.

A fim de compilar e subsidiar a reflexão acerca do cenário de certificação dos produtos orgânicos no estado do Pará, este artigo está estruturado em cinco seções: esta introdução tem por intuito aproximar o leitor ao tema certificação orgânica no estado do Pará; a seção ii apresenta a metodologia de pesquisa utilizada para o aprofundamento da pesquisa sobre o tema; a seção iii faz a contextualização a partir dos resultados encontrados no banco de dados do Ministério da Agricultura (MAPA) e por meio do acesso ao CNPO para o estado do Pará; a seção iv promove discussões sobre o panorama da agricultura orgânica na Amazônia e no Pará e a quinta e última seção apresenta a consolidação e as considerações finais do estudo.

Diante deste contexto, o trabalho tem o objetivo de analisar a certificação orgânica do estado do Pará, a fim de subsidiar estudos e demandas da certificação na região. Com isso, os resultados podem colaborar para novas políticas públicas de incentivo às novas formas de certificação, comercialização e criação de mercados de orgânicos alternativos no estado.

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 7, n. 1, e071021, Jan.-Dez., 2023
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.935.

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como de natureza descritiva e de revisão bibliográfica realizada por meio de consulta à base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por meio do acesso à rede CAFe Capes, revistas e periódicos nacionais, indexados e especializados na área. Toda a pesquisa foi procedida de forma *online* e destinada ao levantamento bibliográfico para analisar as informações sobre os temas "produção orgânica no Pará", "comercialização de produtos orgânicos", "certificação orgânica no Pará" e "Pará Orgânico" – todos no estado do Pará.

A escolha da literatura levou em consideração a necessidade de trabalhos que discutem a certificação de produtos orgânicos no estado do Pará, na Região Norte. O conhecimento obtido através do levantamento de informações serviu para o fornecimento de dados e esclarecimento do tema, até então pouco investigado, desconhecido ou com lacunas (Gerhardt; Silveira, 2009). Assim, buscaram-se, nos estudos sobre certificação de orgânicos pelo Brasil, as respostas às questões interpostas.

As bases de dados foram acessadas durante o período de junho de 2023 a outubro de 2023 para o levantamento dos estudos científicos, de forma que a análise qualitativa dos temas, levou em consideração as referências utilizadas e seu cruzamento com as fontes quantitativas trabalhadas durante a realização da pesquisa, conforme metodologia aplicada por Creswell (2010), Gil (2002) e Provdanov e Freitas (2013).

Os procedimentos de coleta de dados consistiram no acesso ao banco de dados do CNPO do MAPA em 2022, com propósito de ampliar as informações rastreadas, em busca de produções exclusivamente ligadas à pesquisa. Os dados foram analisados por meio da frequência relativa simples, através de planilhas eletrônicas, que gerou tabelas, gráficos e mapas, com intuito de consolidar algumas respostas para a interpretação da expansão da certificação orgânica no estado do Pará. Considerando aprimorar o conhecimento sobre o tema pesquisado, na escolha dos dados foi utilizada como critérios a seleção de três aspectos: o problema a ser pesquisado, as experiências do pesquisador com o tema e o público a quem será direcionado o trabalho, "conforme metodologia aplicada por Creswell (2010), Gil (2002) e Provdanov e Freitas (2013).

Após a análise dos dados, foram elaboradas as tabelas, os gráficos e os mapas, levando-se em consideração a análise qualitativa e quantitativa. Em seguida, foram realizados os cruzamentos dos dados qualitativos e quantitativos com a bibliografia pesquisada para embasamento das discussões com vistas a dilucidar o fluxo destas atividades e suas tendências, especialmente no estado do Pará.

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 7, n. 1, e071021, Jan.-Dez., 2023
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.935.

RESULTADOS

De acordo com a análise dos dados, no Brasil, em 2022, o número de estabelecimentos orgânicos certificados por regiões alcançou, aproximadamente, 24.377 estabelecimentos (Tabela 1). Destes, a região norte é responsável por cerca de 3.342 estabelecimentos, que representam 14% do total de estabelecimentos nacionais de produção orgânica.

Tabela 1. Número de Estabelecimento Orgânico por Região Brasileira em 2019

Estado	N° de Estabelecimentos	N° de Percentual
Centro-Oeste	741	3%
Nordeste	7244	30%
Norte	3.342	14%
Sudeste	3949	16%
Sul	9101	37%
Total Brasil	**24.377**	**100%**

Fonte: Barros Neto (2023).

Assim, de acordo com os estudos de Corbari (2019) e Barros Neto (2023), houve um crescimento em torno de 17,85% no número de estabelecimentos certificados como orgânicos no Brasil. Esse crescimento promoveu a expansão dos três mecanismos da Avaliação da Conformidade Orgânica: o SPG, e as OCS's, representados pelos selos de Auditoria, SPG e declaração de comercialização para a venda direta, respectivamente na Figura 1. No estado do Pará, atualmente apenas o selo de auditoria e a declaração de venda direta estão em funcionamento (Brasil, 2022).

Figura 1. Modelos de comprovação de acreditação orgânica no Brasil



Fonte: Brasil (2019).

Outra constatação refere-se às feiras agroecológicas: atualmente, foram identificadas cinco feiras agroecológicas no estado do Pará, quatro na capital e uma no interior do estado (Tabela 2), organizadas por instituições públicas e associações de agricultores agroecológicos locais. Observa-se que, mesmo com a pandemia, houve poucas alterações na distribuição das feiras no estado.

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 7, n. 1, e071021, Jan.-Dez., 2023
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.935.

A Região Norte Brasileira (Amazônia) é composta por sete estados (IBGE, 2022). A Tabela 3, abaixo, mostra que a participação dos estados na certificação de produtos orgânicos está dividida da seguinte forma: primeiro, o estado do Pará; segundo, o Amazonas; terceiro, o Amapá; quarto, Rondônia; quinto, o Acre; sexto, Roraima; e sétimo, o Tocantins.

Tabela 2. Feiras atualmente realizadas no estado do Pará.

QTD	LOCAL	ORGANIZADOR	LOCALIZAÇÃO
01	Feira da Praça Brasil	Pará Orgânico	Capital
02	Feira da Praça Batista Campos	Pará Orgânico	Capital
03	Feira Agroecológica da EMATER	EMATER	Interior
04	Feira Orgânica da UFRA	UFRA	Capital
05	Feira Orgânica da UFPA	UFPA	Capital

Fonte: Pesquisa realizada pelos autores de set. a out. de 2019.

Tabela 3. Participação dos estados na Certificação de Produtos Orgânicos

ESTADO	N° ESTABELECIMENTO	OCS (%)
Acre	82	2%
Amapá	165	5%
Amazonas	751	22%
Pará	2142	64%
Rondônia	153	5%
Roraima	41	1%
Tocantins	8	1%
TOTAL	3342	100%

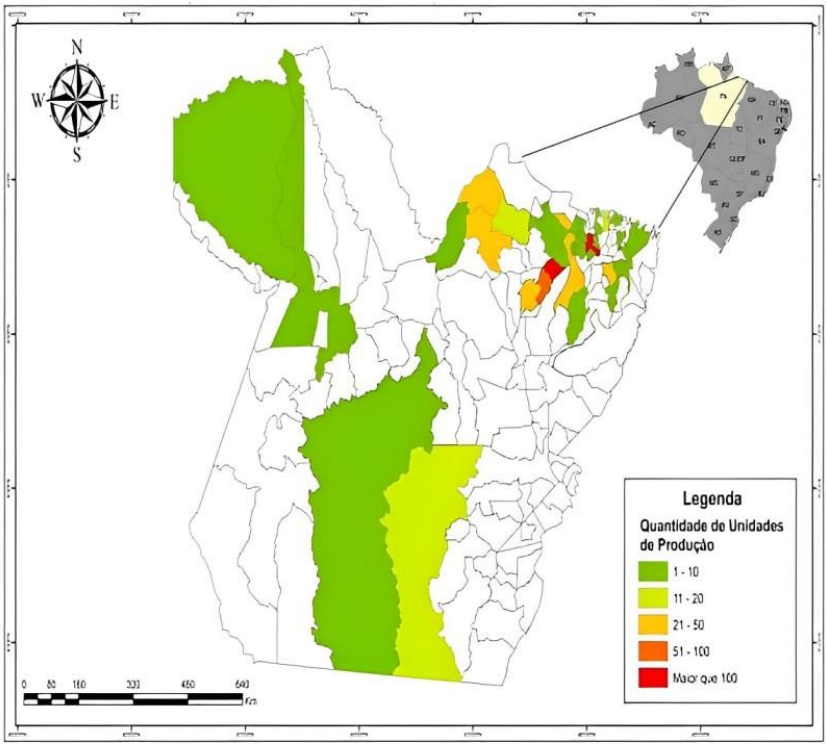
Fonte: Barros Neto (2023).

No estado do Pará, as distribuições das unidades de Produção Orgânicas, levando em consideração as seis mesorregiões do estado segundo os estudos de Marques e Steward (2017), estão assim distribuídos Figura 2: Nordeste Paraense (49,0%); Metropolitana de Belém (26,7%); Marajó (18,5%); Baixo Amazonas (3,3%); Mesorregião do Sudeste Paraense (2,4%); e Sudoeste Paraense (0,1%).

O Pará ocupava 64% das certificações identificadas nos dados da CNPO em outubro de2022 para a Região Norte. Observa-se nesse período que, dos 144 municípios, apenas 47 possuíam algum tipo de certificação, com grande destaque aos municípios de Igarapé-Miri (18%) e Cametá (17%), entre os empreendimentos certificados (Figura 3). Além disso, dados do IBGE (2017) apontam o Pará como um dos maiores estados com Sistemas Agroflorestais, com uma área de, aproximadamente, 532,424 hectares, destacando-se a produção de açaí, que representa 65% das certificações, as quais certificam a polpa, o açaí em pó, o fruto *in natura*, o palmito, entre outros.

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 7, n. 1, e071021, Jan.-Dez., 2023
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.935.

Figura 2. Distribuições das unidades de Produção Orgânicas no Estado do Pará



Fonte: Marques e Steward (2017).

Tabela 4. Distribuição da certificação de produtos orgânicos na Amazônia

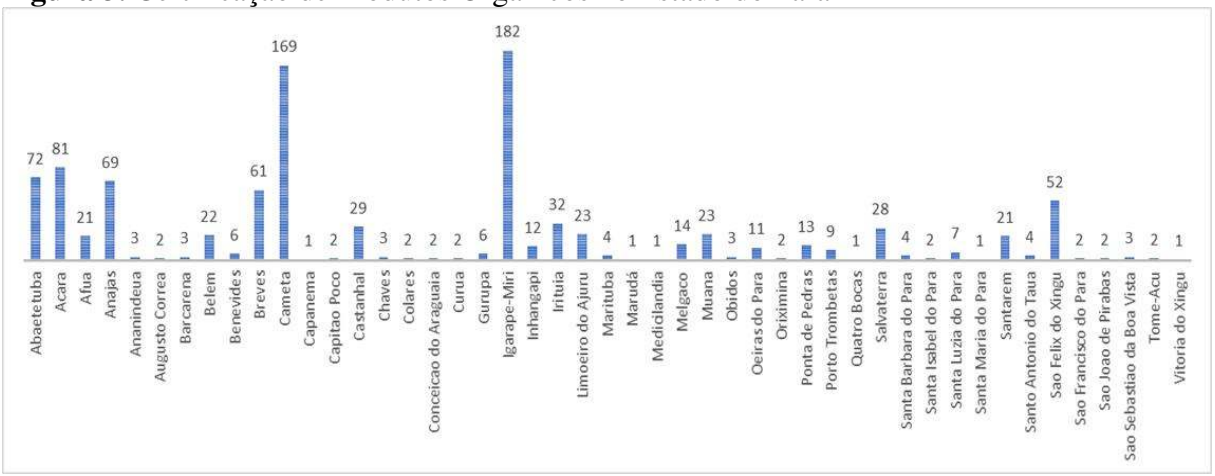
ESTADO	N° ESTABELECIMENTO	OCS (%)	AUD (%)	SPG (%)
Acre	82	39%	61%	0%
Amapá	165	8%	92%	0%
Amazonas	751	47%	42%	10%
Pará	2142	6%	94%	0%
Rondônia	153	65%	35%	0%
Roraima	41	100%	0%	0%
Tocantins	8	100%	0%	0%
TOTAL	3342	20%	78%	2%

Fonte: Barros Neto (2023).

Estudos apontam o crescimento da agricultura orgânica em torno de 30% no mundo, com grande destaque aos Sistemas Participativos de Garantia (SPG), segundo Gomes (2016), os quais cresceram em torno de 76% em apenas um ano, influenciado por 72 países. No entanto, vale ressaltar que, no Brasil, o grande destaque nos últimos anos são as Organizações de Controle Social (OCS), que vêm crescendo com números superiores a 100% (Gomes, 2016). Não obstante, observa-se pouco crescimento no Sistema Participativo de Garantia (SPG) no país, contrariando as expectativas mundiais, com grande reflexo no estado do Pará (Figura 4), que até o momento não apresentou nenhum empreendimento cadastrado nessa modalidade.

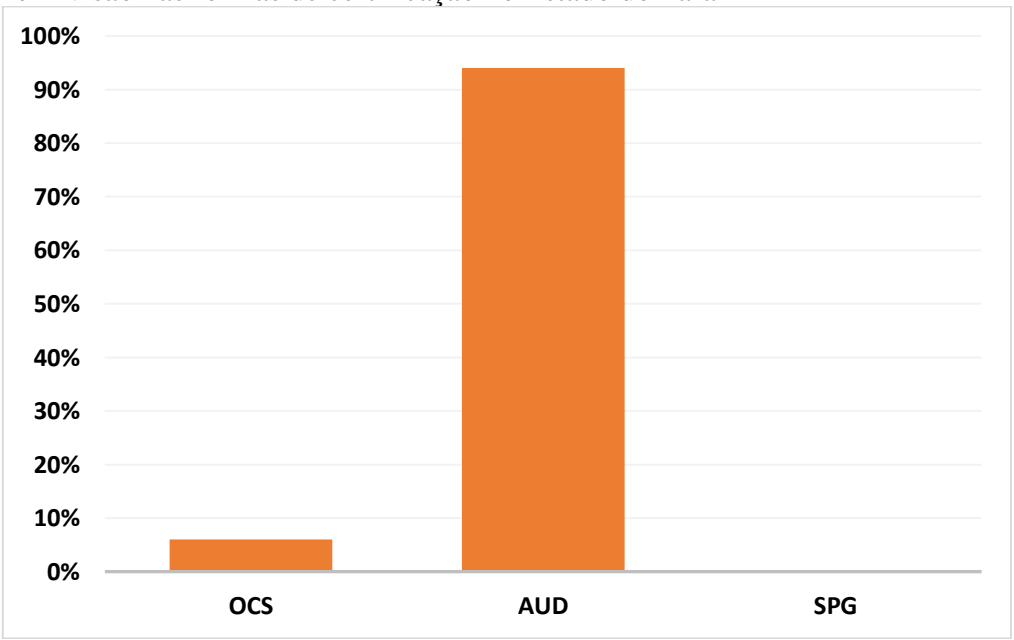
Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 7, n. 1, e071021, Jan.-Dez., 2023
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.935.

Figura 3. Certificação de Produtos Orgânicos no Estado do Pará



Fonte: Brasil (2019).

Figura 4. Divisão nas formas de certificação no Estado do Pará



Fonte: Brasil (2022).

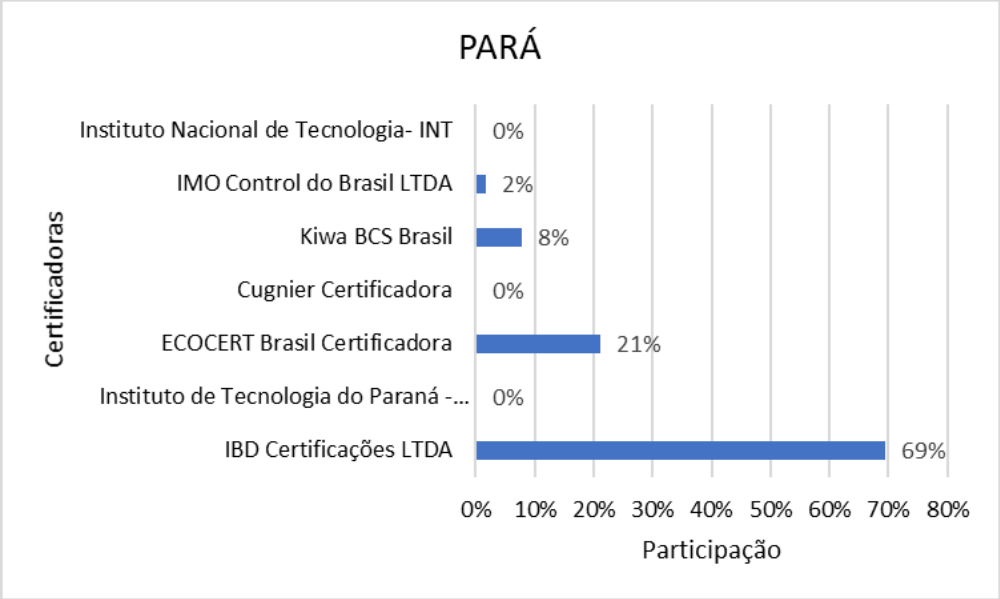
Note-se que a quantidade de organizações certificadas por auditória na Região Norte é muito pequena, em torno de sete (IBD Certificações LTDA, Instituto de Tecnologia do Paraná – TECPAR, ECOCERT Brasil Certificadora, *CUGNIER* Certificadora, *Kiwa* BCS Brasil, IMO *Control* do Brasil LTDA e Instituto Nacional de Tecnologia - INT). Dessas, duas são instituições públicas, uma nacional, com sede no Rio de Janeiro (INT), e a outra estadual, com sede no Paraná (TECPAR). Juntas, as sete certificadoras centralizam toda a certificação por auditoria da Amazônia.

Quando analisamos o estado do Pará, a certificação por auditoria está concentrada entre cinco certificadoras. Entre elas estão a IBD, ECOCERT, *Kiwa* BCS, IMO e INT. Destas,

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 7, n. 1, e071021, Jan.-Dez., 2023
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.935.

destaca-se a IBD, com a certificação de 647 estabelecimentos; a ECOCERT, com 197 estabelecimentos; e o INT, com apenas um estabelecimento. Observa-se, ainda, que os dois primeiros estão no segmento privado de certificação e o último se destaca por ser o único segmento público com atuação no estado, iniciadas em 2018. Assim, a distribuição completa das organizações certificadoras por auditoria no estado pode ser observada na Figura 5, abaixo.

Figura 5. Distribuição das organizações certificadoras no Pará



Fonte: Brasil (2019).

A liderança da IBD é notória tanto no estado como na região amazônica. Na região amazônica brasileira, ela atualmente ocupa o primeiro lugar, com aproximadamente 57,2% das certificações, seguida da ECOCERT, com 35,8%; da *Kiwa*, com 5,5%, e as demais, IMO, *CUGNIER* e TECPAR e INT com 0,1%, respectivamente, somando, juntas, menos de 2% do total de empreendimentos certificados.

DISCUSSÃO

A trajetória histórica e política em torno da agricultura orgânica e da certificação no estado, assim como em todo o Brasil, é marcada por muitas lutas e contradições e se sustenta nos mecanismos basilares da certificação, da produção orgânica e agroecológicos no Brasil (Fonseca *et al*., 2009; Karam *et al*., 2006; Fonseca, 2005). Essas trajetórias podem ser consideradas basilares, pois foram construídas ao longo do tempo, a partir dos grandes momentos de discussão entre agentes de Organizações Não Governamentais (ONGs), iniciativa privada e governo. Para discutirem alternativas aos pacotes tecnológicos (agroquímicos)

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 7, n. 1, e071021, Jan.-Dez., 2023
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.935.

promovidos pela modernização agrícola difundida pela revolução verde na década de 1960, estabeleceu-se como objetivo a regulamentação da produção orgânica ao nível nacional e internacional (Ipardes, 2007; Gomes, 2016; Marques; Souza, 2017).

Melão (2010) evidencia em seu trabalho que as contradições existentes estão em diferenciar a Agricultura Orgânica e a agroecologia, que apesar de parecerem sinônimos, tratam-se, no primeiro caso, de uma prática agrícola que é demonstrada a partir de um processo tecnológico e mercadológico, e, no segundo caso, de uma ciência propriamente dita, com as suas fronteiras teóricas definidas. Cabe aqui questionar o quão esse aspecto é importante, de modo que se fosse reconhecido pela legislação tornaria as políticas agroecológicas um instrumento de promoção socioambiental.

Além disso, as informações sobre a produção orgânica e agroecológica no Brasil ainda estão muito aquém da realidade, embora os esforços do governo no desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica estejam melhor direcionando as políticas públicas nos últimos anos (Barros Neto, 2023). Com o objetivo de mitigar essas contradições, são empregados esforços como o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO), que é um banco de dados que alimenta o registro de produtores orgânicos de pessoa física ou jurídica que se enquadre nos modelos de certificação propostos pela legislação, e que utiliza os serviços de certificação, seja pelos organismos certificadores, seja pelos órgãos federais da agricultura com representação nos estados (Willer *et al*., 2021).

Apesar de ser um instrumento de mensuração da agricultura orgânica, atualmente as informações contidas no CNPO não são suficientes para compreender a realidade da agricultura orgânica como um todo no país (Barros Neto, 2023). Neste contexto, pesquisadores brasileiros têm recorrido fontes como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *International Federation of Organic Agriculture Movements* (IFOAM), *Reserarch Institute of Organic Agriculture* (FiBL), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e órgãos privados de representação orgânica, como Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), Associação de Promoção dos Orgânicos (Organis) entre outros, de acordo com a necessidade da pesquisa.

Dito isso, este trabalho concentrou esforços nos dados do CNPO para tratar da especificidade do estado do Pará, o quinto maior produtor orgânico brasileiro, ficando atrás de estados como Paraná (PR), Rio Grande do Sul (RS), São Paulo (SP) e Santa Catarina (SC), respectivamente, e o maior da Região Norte (Galhardo *et al.*, 2019). A crescente expansão das certificadoras por auditoria no âmbito nacional tem reflexo na Amazônia, principalmente no Pará, onde as certificadoras por auditoria representam 92% de todas as certificações do estado.

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 7, n. 1, e071021, Jan.-Dez., 2023
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.935.

Das cinco certificadoras atuantes, quatro são privadas e uma pública. Juntas, elas certificam aproximadamente 2.022 propriedades (Brasil, 2022).

Existem atualmente na Região Norte duas certificadoras públicas que, juntas, são responsáveis pela certificação de três empreendimentos, dois pelo Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR no estado do Amazonas e um pelo Instituto Nacional de Tecnologia (INT) no estado do Pará (2016). Essas instituições estão localizadas nas regiões Sul (Paraná) e Sudeste (Rio de Janeiro), regiões pioneiras da certificação no Brasil. Acredita-se que o baixo número de empreendimentos certificados pode ser justificado pelo alto custo do deslocamento entre regiões. Além disso, o desenvolvimento das demais formas de certificação no Brasil e a atuação das certificadoras privadas têm inibido o surgimento de novas certificadoras públicas.

Por outro lado, isso não tem inibido o crescimento da produção orgânica brasileira, que cresce a taxas em torno de 20% ao ano, com destaque para as regiões Sul (RS, PR e SC), Sudeste (SP) e Norte (PA) (Galhardo *et al.*, 2019). Apesar de deslocado do circuito Sul-Sudeste, o estado do Pará, na região amazônica brasileira, tem apresentado resultados surpreendentes na certificação de produtos de base agroecológica de cunhos florestais não madeireiros, importante insumo dessa região que é caracterizado, na sua essência, pela atividade agroextrativista, a qual contribui para a sustentabilidade da floresta e dos povos amazônicos, ao mesmo tempo em que representa um avanço para a agricultura de base sustentável (orgânica ou agroecológica), que é sadia e ambientalmente sustentável (Barros Neto *et al*., 2014; Galhardo *et al*., 2019).

A identificação da qualidade dos produtos de base agroecológica em feiras, propriedades e em toda a cadeia agroalimentar depende dos princípios agroecológicos previsto em lei[8]. A legislação brasileira prevê como instrumento de garantia da observância e da qualidade dos produtos orgânicos a certificação, promovida pelo Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica (SISORG), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Esse sistema normatiza a produção e o consumo de alimentos orgânicos, criando normas e regras para a comercialização através da Avaliação da Conformidade Orgânica (ACO) (Ipardes, 2007).

No contexto paraense, apenas duas formas de acreditação (auditoria e venda direta) são realizadas no estado: a) a certificação por auditoria, em que os agricultores destinam suas produções aos mercados nacionais e internacionais, atualmente os cinco maiores municípios

[8] Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que trata da instituição da agricultura orgânica no Brasil, apresentando diversos sistemas de agriculturas alternativas classificadas como agroecológicos: alternativa, agroecológico, biodinâmico, ecológico, natural, regenerativo, biológico, agroecológico, permacultura e outros. Além das alterações e complementações posteriores.

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 7, n. 1, e071021, Jan.-Dez., 2023
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.935.

certificados são Igarapé-Miri, Cametá, Acará, Abaetetuba e Anajás (Figura 3); e b) a declaração de Organizações de Controle Social, popularizada pela comercialização nos mercados locais nas feiras da UFPA, UFRA, Praça Brasil, Praça Batista Campos (capital) e na EMATER (Santarém), além da comercialização nas propriedades e na entrega direta ao consumidor. Atualmente, está em discussão no estado a proposta de criação de três Sistemas Participativos de Garantia (SPG), um na região metropolitana (Pará Orgânico), um na região do Nordeste paraense, no município de Igarapé-Miri, e outro na região oeste, no município de Santarém, no interior do estado.

Pesquisas recentes realizadas pelo Mercado Institucional de Alimento (MIA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) na região metropolitana de Belém, sobre o mercado doméstico local, mostraram que as relações entre os consumidores e agricultores são de grande importância, principalmente, nos curtos-circuitos de comercialização local "feiras agroecológicas" (Lima *et al*., 2017). Por isso, a cada ano vem crescendo o número de agricultores orgânicos e de espaços destinados à comercialização entre consumidores e agricultores.

Portanto, observa-se que há disparidade na distribuição da certificação no estado do Pará, entre os modelos propostos na legislação brasileira. Além disso, quando comparado ao cenário amazônico, poucas são as alterações no SPG (2%), OCS (28%) e auditoria (70%), evidenciando a necessidade da criação de estímulos para as demais formas de certificação, principalmente, a certificação por SPG, que apresenta inovação social quando comparada ao sistema por auditoria, já que a sua existência estimula a coletividade (associativismo/cooperativismo), a troca de experiências, a formação e a comercialização mais justas, bem como preço baixo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o contexto do desenvolvimento da agricultura orgânica e agroecológica no Pará, constatou-se que, no desenvolvimento da agricultura orgânica e da agroecologia no estado, houve grandes avanços nos mercados orgânicos destinados à exportação, assim como nos mercados agroecológicos locais (feiras, propriedades e cestas). Assim, o Pará se tornou o maior estado com certificação na Região Norte e o quinto no país, o que ficou evidenciado a partir da atuação de certificadoras públicas e privadas no processo de certificação local, bem como do surgimento de feiras agroecológicas centradas na capital e algumas iniciativas no interior do estado.

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 7, n. 1, e071021, Jan.-Dez., 2023
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.935.

Observou-se, ainda, que há muito espaço no estado para o desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica, pois, dos 144 municípios, apenas 47 foram identificados com alguma forma de certificado, apresentando-se como um mercado em expansão. O principal produto certificado no estado é o açaí, um produto de origem extrativista e de alto valor nutricional e comercial, base da alimentação do paraense. No estado, a certificação por auditoria representa 92% das certificações, evidenciando o desequilíbrio entre os modelos de acreditação propostos pela legislação brasileira e o pouco avanço na regulamentação do SPG no estado.

Assim, conclui-se que o mecanismo de avaliação da conformidade orgânica utilizando organismos de certificação por auditoria é o principal responsável pela expansão da certificação dos empreendimentos no Pará. Outrossim, há necessidades urgentes de fortalecimento das políticas públicas de fomento às demais formas de certificações participativas, como forma de inclusão socioeconômica dos agricultores nos mercados de orgânicos e agroecológicos nacionais, como a socioprodutiva, considerando que elas têm como objetivo principal fortalecer a agricultura familiar e a biodiversidade. Neste sentido, recomenda-se um estudo mais aprofundado sobre o processo de institucionalização da agroecologia no estado, para conhecer as principais causas do desequilíbrio da certificação, da produção, do mercado e das instituições no estado e na amazônica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e ao Senhor Jesus Cristo; aos familiares e amigos; ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), à Universidade Federal do Pará (UFPA), Grupo de Estudo e Pesquisa Desenvolvimento, Dinâmica do Trabalho e Gestão Territorial na Amazônia Oriental (Território Amazônia) e ao Instituto Escolhas (IE).

REFERÊNCIAS

BARROS NETO, L. R.; ASSIS, R. L.; AMÂNCIO, C. O. G. Análise do desenvolvimento da agricultura de base sustentável no município de Carinhanha – BA: Estudo de caso do Projeto Educando com a Horta Escolar. **Cadernos de Agroecologia**, v. 9, n. 4, p. 1–12, 2014. Disponível em: http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/1672 2. Acesso em: 12 de ago. 2023.

BARROS NETO, L. R. **Interações econômicas e agroecológicas na Amazônia:** análise dos mercados alternativos da Rede Maniva de Agroecologia. 2023. 210 f. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

BARROS NETO, L. R. ; SOUZA, A. L. ; OLIVEIRA, C. P. ; PORTAL, R. D. **Análise do Panorama da Certificação de Produtos Orgânicos no Brasil**: uma perspectiva do Estado do Pará. In: VIII Congresso Internacional de Agroecologia, 2020, Galiza. Anais, 2020. Disponível em: https://economiaecoloxica.webs.uvigo.gal/nova.php?id=97. Acesso em: 22 de mai. 2022

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. **Cadastro Nacional da Produção Orgânica CNPO**. 2019. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos. Acesso em: 15 de ago. 2023.

BRUNO, L. *et al.* Agricultura orgânica no Brasil: um estudo sobre o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. **Journal of Chemical Information and Modeling**, v. 53, n. 9, p. 37-51, 2019. Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/197399/1/5058.pdf. Acesso em: 12 de ago. 2023.

DE CASTRO, L. A. M.; SILVA, S. S.; VIANA, R. da S.; MARINHO, B. de L. A certificação de produtos orgânicos e sua credibilidade entre os consumidores. **Organizações e Sustentabilidade**, *[S. l.]*, v. 8, n. 1, p. 92–107, 2020. DOI: 10.5433/2318-9223.2020v8n1p92. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ros/article/view/36441. Acesso em: 19 out. 2023.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. DOI: https://doi.org/10.26512/les.v13i1.11610

FONSECA, M. F. de e*t al*. **Agricultura Orgânica:** Regulamentos Técnicos e Critérios Para Acesso Aos Mercados dos Produtos Orgânicos no Brasil. Niterói: PESAGRO-RIO, 2009. Disponível em:https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/32349/1/AgriculturaOrganica.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

FONSECA, M. F. DE A. C. **Institucionalização do Mercado de Orgânicos no Mundo e no Brasil:** uma interpretação. 2005. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/cpda/wp-content/uploads/2011/09/d_maria_fernanda_2005.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 11 ago. 2022.

HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. **Sistemas Participativos de Garantia do Brasil. Histórias e Experiências.** Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020. Disponível em:https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/proex/publicacoes_livros/SPG_Brasil_-_E-Book_-_HirataRocha_-_IFSULDEMINAS_1.pdf. Acesso em: 19 ago. 2021.

LIMA, E. E. F. DE. **Análise sobre o comportamento do consumidor de produtos orgânicos de Belém do Pará**, 2017. 90 f. Dissertação. (Mestrado em Economia). Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

IPEA. **Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil.** Brasília, 2020. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9678/1/TD_2538.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

MARQUES, D. L. **A Certificação Orgânica no Contexto da Nova Economia Institucional**, 2019. 47 f. TCC (Graduação em Economia). Universidade Federal do Pará. 2019.

MARQUES, D. L; SOUZA, A. L. Cenários para formação de preços de alimentos orgânicos para o Programa de Aquisição Alimentos no município de Belém-PA. Relatório Técnico – Científico. UFPA, Belém, 2017. 19 p

MARQUES, Danilo Lima. **Desafios para extensão rural: análise da distribuição territorial dos produtores nos mecanismos de controle para conformidade orgânica.** 2017. 19 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Curso de Especialização em FIPAM XXVII: Gestão Ambiental e Manejo de Paisagem, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017. Disponível em: https://bdm.ufpa.br:8443/jspui/handle/prefix/4244. Acesso em: 10 set. 2023.

MEIRELLES, L. **Agroecologia e Poesia.** Formação em SPG - Etapa III - A Legislação Brasileira de Agricultura Orgânica. Youtube, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCgtoICPuoTNGdp1lYRxABWQ. Acesso em: 10 jan. 2021.

MELÃO, I. B. Desenvolvimento rural sustentável a partir da agroecologia e da agricultura orgânica: o caso do Paraná. Nota Técnica IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES): Curitiba, 2010. Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/NT_08_desenv_rural_sustent_2010.pdf. Acesso em: 05 jul. 2022.

PROVDANOV, C. C.; FREITAS, E. C. DE. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf. Acesso em: 05 ago. 2022.

SCHMITT, C. J. *et al.* Fortalecendo redes territoriais de agroecologia, extrativismo e produção orgânica: a instrumentação da ação pública no Programa Ecoforte. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 28, n. 2, p. 312-327, 2020. DOI: https://doi.org/10.36920/esa-v28n2-3

SILVA, A. R. *et al*. Alimentos orgânicos vs alimentos convencionais. **Atas de Saúde Ambiental**, v. 6. 2018. Disponível em: https://revistaseletronicas.fmu.br/index.php/ASA/article/view/1957/0. Acesso em 23 ago.

2023.

WILLER, HELGA; LERNOUD, J. The World of Organic Agriculture Atatistics and Emerging Trends 2019. Research Institute of Organic Agriculture (FIBL), and IFOAM - Organics Insternational, 2019. Disponível em: https://www.organic-world.net/yearbook/yearbook-2019.html. Acesso em: 15 de jul. 2020.

WILLER, H. *et al*. **The World of Organic Agriculture Statistics and Emerging Trends 2021**. Research Institute of Organic Agriculture (FIBL), and IFOAM - Organics Insternational, 2021. Disponível em: https://www.fao.org/family-farming/detail/en/c/1378841/. Acesso em: 05 de jun. 2022.

ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.935.

Revista Macambira

Informações do Artigo	Article Information
Recebido em: 22/05/2023 **Aceito em**: 25/11/2023 **Publicado em**: 02/12/2023	**Received on**: 05/22/2023 **Accepted in**: 11/25/2023 **Published on**: 12/02/2023
Contribuições de Autoria *Resumo*: Ludgero Rêgo Barros Neto e Riziane Duarte Portal Alves. *Introdução*: Ludgero Rêgo Barros Neto e Armando Lírio de Souza. *Referencial teórico*: Ludgero Rêgo Barros Neto, Armando Lírio de Souza, Celso Pereira de Oliveira, Cleyton Alves Candeira Pimentel, Riziane Duarte Portal Alves, Rita de Cássia Ferreira Vasconcelos. *Análise de dados*: Ludgero Rêgo Barros Neto, Celso Pereira de Oliveira e Cleyton Alves Candeira Pimentel. *Discussão dos resultados*: Ludgero Rêgo Barros Neto, Armando Lírio de Souza e Rita de Cássia Ferreira Vasconcelos *Conclusão*: Ludgero Rêgo Barros Neto e Armando Lírio de Souza *Referências*: Ludgero Rêgo Barros Neto, Armando Lírio de Souza, Celso Pereira de Oliveira, Cleyton Alves Candeira Pimentel, Riziane Duarte Portal Alves, Rita de Cássia Ferreira Vasconcelos *Revisão do manuscrito*: Ludgero Rêgo Barros Neto e Armando Lírio de Souza. *Aprovação da versão final publicada*: Ludgero Rêgo Barros Neto, Armando Lírio de Souza, Celso Pereira de Oliveira, Cleyton Alves Candeira Pimentel, Riziane Duarte Portal Alves, Rita de Cássia Ferreira Vasconcelos.	**Author Contributions** *Abstract/Resumen*: Ludgero Rêgo Barros Neto e Riziane Duarte Portal Alves. *Introduction*: Ludgero Rêgo Barros Neto e Armando Lírio de Souza. *Theoretical Reference*: Ludgero Rêgo Barros Neto, Armando Lírio de Souza, Celso Pereira de Oliveira, Cleyton Alves Candeira Pimentel, Riziane Duarte Portal Alves, Rita de Cássia Ferreira Vasconcelos. *Data analysis*: Ludgero Rêgo Barros Neto, Celso Pereira de Oliveira e Cleyton Alves Candeira Pimentel. *Discussion of results*: Ludgero Rêgo Barros Neto, Armando Lírio de Souzae Rita de Cássia Ferreira Vasconcelos. *Conclusion*: Ludgero Rêgo Barros Neto e Armando Lírio de Souza. *References*: Ludgero Rêgo Barros Neto, Armando Lírio de Souza, Celso Pereira de Oliveira, Cleyton Alves Candeira Pimentel, Riziane Duarte Portal Alves, Rita de Cássia Ferreira Vasconcelos. *Manuscript review*: Ludgero Rêgo Barros Neto e Armando Lírio de Souza. *Approval of the final published version:* Ludgero Rêgo Barros Neto, Armando Lírio de Souza, Celso Pereira de Oliveira, Cleyton Alves Candeira Pimentel, Riziane Duarte Portal Alves, Rita de Cássia Ferreira Vasconcelos.
Conflitos de Interesse Declarar não haver nenhum conflito de interesse. Texto sugestivo: Os autores declararam não haver nenhum conflito de interesse de ordem pessoal, comercial, acadêmico, político e financeiro referente a este manuscrito.	**Interest conflicts** Declare that there is no conflict of interest. Suggestive text: The authors declare that there is no personal, commercial, academic, political or financial conflict of interest regarding this manuscript.
Como Citar este artigo - ABNT BARROS NETO, Ludgero Rêgo. *et. al*. Análise da certificação de produtos orgânicos no estado do Pará, Brasil: resultados e perspectivas. **Revista Macambira**, Serrinha (BA), v. 7, n. 1, e071021, jan./dez., 2023. https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.935	**How to cite this article - ABNT** BARROS NETO, Ludgero Rêgo. et. al. Analysis of the certification of organic products in the state of Pará, Brazil: results and perspectives. **Revista Macambira**, Serrinha (BA), v. 7, n. 1, e071021, Jan./Dec., 2023. https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.935
Licença de Uso A Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY4.0). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, mesmo que comercialmente, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.	**Use license** The Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License (CC BY4.0). This license allows sharing, copying, redistributing the manuscript in any médium or format. In addition, it allows adapting, remixing, transforming and building on the material, even commercially, as long as due credit for authorship and initial publication in this journal is attributed.